Participações Industriais do Nordeste

PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.

CNPJ/ME Nº 14.308.514/0001-13

NIRE Nº 29.3.000.0684-0

Cia. Aberta

A Participações Industriais do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "PIN") disponibiliza as seguintes informações referentes às matérias que serão discutidas na ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA da Companhia, que será realizada em 29 de abril de 2020, em sua sede social, conforme edital de convocação a ser publicado ("Assembleia Geral"), nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404"):

- Item 10 do Formulário de Referência, contendo os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do Anexo I; e
- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, na forma do Anexo II.

Nos termos da Lei nº 6.404 e da regulamentação aplicável, os documentos e anexos referidos neste instrumento e que serão discutidos na Assembleia Geral estão disponíveis para consulta pelos acionistas da Companhia em sua sede social.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

- Diretor de Relações com Investidores -

Participações Industriais do Nordeste

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A PIN é uma *holding*, cujo objetivo é a participação, direta ou indireta, em outras empresas. O seu principal negócio é participar do mercado de embalagens metálicas. Até 21 de dezembro de 2015, sua exposição a este segmento de negócios se deu por meio da sua participação na Latapack S.A. ("Latapack"), através da qual detinha o controle compartilhado da Latapack-Ball Embalagens Ltda. ("Latapack-Ball") junto com sua então sócia Ball Corporation¹ ("Ball"). Em 21 de dezembro de 2015, foi concluída a permuta da totalidade das ações ordinárias detidas na Latapack S.A. por 5.729.662 ações da Ball ("Permuta").² Assim, a exposição da PIN a este segmento de negócios passou a se dar por meio de sua participação na Ball.

A PIN, na qualidade de controladora da PQ Seguros S.A., manifestou publicamente a intenção de alterar o objeto e denominação social da controlada, e cancelar a autorização de funcionamento para operar como sociedade seguradora, pleito previamente deferido pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") em outubro de 2017, condicionado à retirada da PQ Seguros S.A do Consórcio DPVAT. Em março de 2018, com efeitos a partir de 1º de abril de 2018, a PQ Seguros S.A desligou-se do Consórcio DPVAT, com isto seu pedido de alteração do objeto e denominação social, e cancelamento da sua autorização de funcionamento como sociedade seguradora foi aprovado pela SUSEP, com efeitos a partir de junho de 2018. Com o arquivamento da ata de alteração do objeto e denominação social, em setembro de 2018, a PQ Seguros S.A passou a ser denominada Colares Participações S.A. ("Colares").

A PIN também é controladora das sociedades Oeiras Participações Ltda.³ (desde 23 de novembro de 2015) e coligada da sociedade MSB Participações S.A.⁴

¹ Empresa sediada no Estado de Indiana, nos Estados Unidos da América.

² A operação foi contratada em 26 de outubro de 2015 e formalmente concluída em 21 de dezembro de 2015. A PIN passou a figurar entre os 8 maiores acionistas da Ball. Em 16 de maio de 2017, a Ball promoveu um desdobramento das ações na proporção de 2:1. Deste então, o total de ações detidas pela PIN passou a ser de 11.459.324.

³ A controlada Latapack Participações Ltda. teve sua razão social alterada para Oeiras Participações Ltda. aprovada em 19 de julho de 2018. A Oeiras Participações Ltda. não desenvolve atividade operacional e foi adquirida da Latapack pela PIN pelo valor patrimonial tendo em vista que não fez parte da operação de permuta por ações da Ball.

⁴ A MSB Participações S.A. não tem atividade operacional. A PIN é titular de ações representativas de 16,67% de seu capital social.

Participações Industriais do Nordeste

Em razão da PIN ser uma sociedade *holding*, com participação, direta ou indireta, em outras empresas, as informações financeiras apresentadas abaixo sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A disponibilidade econômica (liquidez) da Companhia no ano de 2019 adveio principalmente de dividendos pagos pela Ball (R\$ 25.140 mil) e aluguel de imóveis (R\$ 2.395 mil).

Após três anos completos dos efeitos da aquisição da Rexam (2017, 2018 e 2019), o faturamento líquido total da Ball atingiu US\$ 11,5 bilhões. A empresa alcançou um valor de mercado de US\$ 21 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma valorização de 30% sobre os US\$ 16,2 bilhões de 31 de dezembro de 2018.

A Ball é uma das líderes mundiais no fornecimento de embalagens metálicas para bebidas, alimentos e produtos domésticos. Este segmento representa mais de 85% de suas vendas. O restante das vendas advém do segmento aeroespacial que provê serviços e tecnologia para clientes comerciais e para o governo norte americano.

A Ball é líder de mercado nas principais regiões em que atua (América do Norte, Europa e América do Sul), com produção superior a 100 bilhões de embalagens metálicas no mundo. Uma parte relevante de seus produtos é vendido através de contratos de fornecimento de longo prazo sendo os principais clientes: Anheuser-Busch InBev, Coca-Cola e suas engarrafadoras e Molson Coors.

O objetivo da PIN é continuar a participar do mercado de embalagens metálicas, mantendo o investimento em ações da Ball no longo prazo. O conhecimento acumulado sobre o mercado de embalagens de bebidas ao longo dos últimos 30 anos e a excelência da administração da Ball nos permite ser otimistas sobre este e outros possíveis investimentos sinérgicos com os atuais, contribuindo para a perenidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 20.626 mil, sendo R\$ 15.674 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 7.625 mil eram de titularidade da controladora enquanto o restante do caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 2.954 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 7 vezes.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 20.545 mil, sendo R\$ 17.667 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 8.368 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 4.463 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de

Participações Industriais do Nordeste

caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 4,6 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 80.620 mil, sendo R\$ 19.210 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 9.013 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 62.363 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,3 vezes.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a estrutura de capital apresentou as seguintes composições:

DATA-BASE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL DE TERCEIROS
31/12/2019	R\$ 2.076.771	69%	31%
31/12/2018	R\$ 1.459.375	70%	30%
31/12/2017	R\$ 1.072.086	69%	31%

Não existe um padrão de financiamento para as operações da Companhia. A administração mantém um relacionamento contínuo e de longo prazo com as principais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro para assegurar e agilizar o acesso a recursos de longo prazo, a fim de implementar com celeridade decisões estratégicas importantes como a que ocorreu na operação realizada em 2010, que resultou no aumento da participação da Companhia no capital da então controlada Latapack. A Administração sempre buscará fontes de financiamento com terceiros a custos, prazos, e indexação compatíveis com a geração de caixa da Companhia.

O capital social da Controladora encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do

Participações Industriais do Nordeste

valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária na Companhia que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante totalizava R\$ 20.626 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 2.954 mil).

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante totalizava R\$ 20.545 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 4.463 mil).

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante totalizava R\$ 80.620 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 62.363 mil).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Como fonte de financiamento para capital de giro, procura-se manter a disponibilidade de caixa em nível adequado para o apropriado desempenho das atividades operacionais.

Não existe um padrão de financiamento para as operações da Companhia. A administração mantém um relacionamento contínuo e de longo prazo com as principais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro para assegurar e agilizar o acesso a recursos de longo prazo, a fim de implementar com celeridade decisões estratégicas importantes como a que ocorreu na operação realizada em 2010, que resultou no aumento da participação da Companhia no capital da então controlada Latapack S.A. A Administração sempre buscará fontes de financiamento com terceiros a custos, prazos, e indexação compatíveis com a geração de caixa da Companhia.

Participações Industriais do Nordeste

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A liquidez da Companhia é gerada principalmente por meio do recebimento de dividendos de suas controladas e demais sociedades em que detém participação societária bem como do recebimento de receitas de locação e da aplicação do caixa, os quais deverão ser suficientes para cobrir as necessidades previstas no exercício em curso.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no item 10.1.f.I.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, a Companhia informa que no caso de eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência das obrigações registradas no seu passivo exigível do balanço patrimonial seria de:

- a. créditos trabalhistas *de natureza estritamente salarial* vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador;
- b. créditos (i) *derivados da legislação* do trabalho (incluindo, portanto, os encargos sociais), limitados a 150 salários mínimos por credor, e (ii) decorrentes de acidentes de trabalho;
- c. tributos vencidos, independente da sua natureza e tempo da constituição, descontadas as multas tributárias;

Participações Industriais do Nordeste

- d. os créditos quirografários, ou seja, todos os créditos não previstos na ordem legal de preferência, tais como empréstimos bancários, partes relacionadas, pagamento a fornecedores e as multas tributárias; e
- e. dívidas com sócios e administradores.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia.

Participações Industriais do Nordeste

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Variação horizontal e vertical das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais).

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	%	Variação entre 2019 e 2018	<u>31 de dezembro de 2018</u>	%	Variação entre 2018 e 2017	<u>31 de dezembro de 2017</u>	%
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	15.674	1%	-11%	17.667	1%	-8%	19.210	1%
Aplicações financeiras	-	0%	-	-	0%	-100%	58.930	4%
Contas a receber de clientes	-	0%	-100%	2	0%	0%	2	0%
Tributos a recuperar	4.143	0%	104%	2.034	0%	68%	1.212	0%
Créditos com partes relacionadas	492	0%	6%	466	0%	4%	446	0%
Outras contas a receber	317	0%	-16%	376	0%	-54%	820	0%
	<u>20.626</u>	1%	0%	<u>20.545</u>	1%	-75%	<u>80.620</u>	5%
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras avaliadas pelo valor justo	9.140	0%	6%	8.625	0%	6%	8.104	1%
Impostos a recuperar	-	0%	-	-	0%	-100%	1.261	0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	0%	0%	10	0%	0%	10	0%
Depósitos judiciais	2.540	0%	1%	2.523	0%	0%	2.523	0%
Outras contas a receber	2.591	0%	-	-	-	-	-	0%
	<u>14.281</u>	0%	28%	<u>11.158</u>	1%	-6%	<u>11.898</u>	1%
Investimento								
Participações societárias	72	0%	-3%	74	0%	-5%	78	0%
Investimento avaliado pelo valor justo	2.987.060	99%	46%	2.041.654	98%	42%	1.440.754	93%
Propriedades para investimento	7.723	0%	0%	7.723	0%	0%	7.723	1%
Outras participações societárias	1.737	0%	0%	1.737	0%	-10%	1.922	0%
Outros investimentos	106	0%	0%	106	0%	0%	106	0%
Imobilizado	30	0%	36%	22	0%	-15%	26	0%
Intangível	2	0%	-67%	6	0%	-40%	10	0%
	<u>2.996.730</u>	99%	46%	<u>2.051.322</u>	98%	41%	<u>1.450.619</u>	94%
	<u>3.011.011</u>	99%	46%	<u>2.062.480</u>	99%	41%	<u>1.462.517</u>	95%
Total do ativo	<u>3.031.637</u>	100%	46%	<u>2.083.025</u>	100%	35%	<u>1.543.137</u>	100%

Participações Industriais do Nordeste

	<u>31 de dezembro de 2019</u>		Variação entre 2018 e 2017	<u>31 de dezembro de 2018</u>		Variação entre 2017 e 2016	<u>31 de dezembro de 2017</u>	
		%			%			%
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	60	0%	140%	25	0%	-26%	34	0%
Salários e encargos sociais	257	0%	-6%	272	0%	73%	157	0%
Tributos a pagar	121	0%	-2%	124	0%	8%	115	0%
Dividendos a pagar	2.009	0%	-40%	3.366	0%	30%	2.587	0%
Provisões técnicas	-	0%	-	-	0%	-100%	59.002	4%
Outras contas a pagar	507	0%	-25%	676	0%	44%	468	0%
	<u>2.954</u>	0%	-34%	<u>4.463</u>	0%	-93%	<u>62.363</u>	4%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	914.787	30%	54%	593.351	28%	53%	388.941	25%
Provisão para contingências	3.171	0%	21%	2.626	0%	-25%	3.503	0%
Plano de remuneração variável e de retenção	33.954	1%	46%	23.210	1%	43%	16.244	1%
	<u>951.912</u>	31%	54%	<u>619.187</u>	30%	52%	<u>408.688</u>	26%
Patrimônio líquido - capital e reservas								
Capital social	628.204	21%	0%	628.204	30%	54%	408.204	26%
Reserva de capital	172.521	6%	0%	172.521	8%	0%	172.521	11%
Reservas de lucros	357.852	12%	-1%	361.282	17%	-39%	590.870	38%
Dividendos adicionais propostos	4.619	0%	-41%	7.856	0%	2%	7.713	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	912.121	30%	217%	288.150	14%	-	(108.645)	-7%
Participação dos não controladores	1.454	0%	7%	1.362	0%	-4%	1.423	0%
	<u>2.076.771</u>	69%	42%	<u>1.459.375</u>	70%	36%	<u>1.072.086</u>	69%
Total do passivo	<u>3.031.637</u>	100%	46%	<u>2.083.025</u>	100%	35%	<u>1.543.137</u>	100%

Aplicações financeiras (curto e longo prazo)

O montante de aplicações financeiras de curto prazo no exercício 2017, correspondiam aos ativos garantidores das provisões técnicas do Consórcio DPVAT, da controlada Colares Participações S.A. (à época PQ Seguros S.A.), reflexos da participação da controlada no Consórcio do Seguro DPVAT. Com a saída da controlada do Consórcio em 2018, estes ativos deixaram de ser reconhecidos como um ativo da controlada, assim como as provisões técnicas.

As aplicações financeiras de longo prazo correspondem a Letras Financeiras do Tesouro, e sua variação é reflexo da atualização monetária reconhecida no resultado da Companhia.

Participações Industriais do Nordeste

Outras contas a receber

Entre os exercícios de 2019 e 2018, o decréscimo observado nesta rubrica é reflexo da diminuição da taxa de ocupação dos imóveis destinados a renda no final de 2019 em relação a dezembro de 2018.

A saída da controlada Colares Participações S.A., do Consórcio do Seguro DPVAT em 2018, ocasionou um decréscimo de 54% nesta rubrica no exercício de 2018, em comparação ao exercício de 2017, pois não havia no final do exercício valores a serem recebidos pela sua participação no Consórcio do Seguro DPVAT.

Impostos a recuperar (curto e longo prazo)

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Companhia optou por manter todo o saldo de impostos a recuperar no curto prazo, visto que durante os exercícios, foram utilizados a totalidade de impostos a recuperar do exercício anterior na compensação de impostos a pagar no exercício corrente. A Companhia espera que o saldo de impostos a recuperar de 2019 seja todo utilizado nos próximos 12 meses.

Em 2017, a Companhia optou por reconhecer parte dos impostos a compensar no longo prazo, pois não havia expectativa de utilização nos 12 meses subsequentes ao fim do exercício.

Investimentos (participações societárias e investimento avaliado pelo valor justo)

As oscilações observadas nos últimos três exercícios ocorreram em razão da variação no valor das ações da investida Ball Corporation, atualizadas ao valor de mercado e à taxa de câmbio do dólar.

No final o exercício de 2019, a variação desta rubrica reflete a alta do dólar, que passou de USD 3,88 para USD 4,03, e a alta na cotação das ações da Ball, que passou de USD 45,98 para USD 64,67.

Entre os exercícios de 2017 e 2018 a variação do dólar foi positiva, com aumento de 17% e a cotação das ações da Ball passou de USD 37,85 para USD 45,98 (já considerando os dividendos pagos ao longo do período e o desdobramento de ações), uma valorização de 21%.

Provisões técnicas

A rubrica Provisões técnicas em 2017 é reflexa da consolidação da controlada Colares Participações S.A., e sua variação decorre da atualização das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos, mas não avisados, que a controlada em questão

Participações Industriais do Nordeste

contabiliza de acordo com as projeções dos seus consultores jurídicos e proporcional à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT.

No exercício de 2018, a Colares Participações S.A., deixou de fazer parte do Consórcio do Seguro DPVAT, não reconhecendo mais em seu balanço a parcela de provisões técnicas correspondente à sua participação no Consórcio.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nesta rubrica estão reconhecidos os efeitos tributários sobre o ganho no reconhecimento do valor justo da operação de Permuta das ações da Ball Corporation, ocorrida em 2015, e sobre a variação do ajuste ao valor justo destas ações nos exercícios posteriores.

Além do reconhecimento da variação do valor justo das ações acima descritas, estão registrados nesta rubrica, os tributos sobre a atualização dos investimentos disponíveis para venda da controlada Colares Participações S.A, e nos exercícios de 2018 e 2017 os tributos sobre a atualização das ações do IRB Brasil Resseguros, detidas pela Controladora até junho de 2018, quando forma aliendas.

Variação horizontal e vertical das contas de resultado em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais).

	31 de dezembro de 2018	%	Variação entre 2018 e 2017	31 de dezembro de 2018	%	Variação entre 2017 e 2016	31 de dezembro de 2017	%
Receita líquida da venda de produtos e serviços	2.395	100%	-27%	3.292	100%	-25%	4.405	100%
Lucro bruto	2.395	100%	-27%	3.292	100%	-25%	4.405	100%
Receitas (despesas) operacionais								
Receitas com seguros	-	0%	-100%	7.179	218%	-68%	22.404	509%
Despesas com operações de seguros	-	0%	-100%	(6.299)	-191%	-68%	(19.763)	-449%
Despesas gerais e administrativas	(8.705)	-363%	-7%	(9.315)	-283%	-1%	(9.416)	-214%
Participação no resultado de controladas e coligadas	(2)	0%	-50%	(4)	0%	-106%	69	2%
Dividendos auferidos	25.575	1068%	44%	17.780	540%	30%	13.660	310%
Plano de remuneração variável e de retenção	(10.744)	-449%	54%	(6.966)	-212%	964%	(655)	-15%
Outras, líquidas	1.330	56%	-86%	9.839	299%	3126%	305	7%
Lucro operacional	9.849	411%	-36%	15.506	471%	41%	11.009	250%
Receitas financeiras	2.886	121%	-3%	2.990	91%	-64%	8.402	191%
Despesas financeiras	(10)	0%	-99%	(1.195)	-36%	-80%	(5.847)	-133%
Variação monetárias e cambiais	(187)	-8%	27%	(147)	-4%	32%	(111)	-3%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.689	112%	63%	1.648	50%	-33%	2.444	55%
Lucro antes do imposto e renda e da contribuição social	12.538	524%	-27%	17.154	521%	28%	13.453	305%
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	(5.471)	-228%	2%	(5.354)	-163%	63%	(3.277)	-74%
Lucro líquido do exercício	7.067	295%	-40%	11.800	358%	16%	10.176	231%

Participações Industriais do Nordeste

Receita de vendas e lucro bruto

O decréscimo da receita de prestação de serviços e aluguéis e nos últimos três exercícios é reflexo da diminuição da taxa de ocupação dos imóveis destinados a renda.

Receita e despesas com operações de seguros

As variações observadas entre os exercícios apresentados tanto na rubrica "Receitas com seguros", quanto na "Despesas com operações de seguros", são provenientes da participação da controlada Colares Participações S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT.

A variação desta rubrica foi negativa em 68%, na comparação entre os exercícios de 2018 e 2017, devido à saída da controlada do Consórcio do Seguro DPVAT em abril de 2018.

Resultado de equivalência

O resultado de equivalência patrimonial no consolidado, corresponde à participação na coligada MSB Participações S.A. Atualmente, a controlada em questão não está em operação, o resultado positivo no exercício findo em dezembro de 2017 é reflexo do reconhecimento de uma receita de reversão do valor a recuperar de créditos tributários restituídos à coligada.

Dividendos auferidos

Esta rubrica é composta substancialmente pelos dividendos pagos pela Ball Corporation.

A variação entre os exercícios de 2019 e 2018, é reflexo da alta do dólar, e do aumento no valor dos dividendos pagos por ação, que passou de USD 0,10 para 0,15.

Já a variação entre os exercícios de 2017 e 2018, se deve ao aumento da taxa de câmbio.

Plano de remuneração variável e de retenção

Esta rubrica corresponde à provisão para o plano de remuneração deliberado em reunião do Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2016.

O plano tem como objetivo: (i) remunerar a atual Diretoria da Companhia pelos resultados obtidos para a Companhia na operação de Permuta, (ii) reter a atual

Participações Industriais do Nordeste

Diretoria da Companhia à medida em que difere o plano desta remuneração; e (iii) alinhar o interesse da atual Diretoria da Companhia com os interesses dos acionistas através do compartilhamento de riscos e incentivos de longo prazo (5 anos).

A provisão calculada tendo como base 126.560 ações de emissão da Ball, e como referência a cotação das ações em bolsa e variação cambial.

Outras, líquidas

Em 2019, o saldo desta rubrica corresponde substancialmente ao ganho de R\$ 1.232 apurado na controlada Colares Participações S.A, pelo êxito na ação judicial para reaver o saldo de IPTU de anos anteriores cobrado indevidamente, e ao reconhecimento da receita pela Contraprestação de Garantia celebrada entre a Companhia e partes relacionadas.

No exercício de 2018, a Companhia reconheceu nesta rubrica, o ganho de R\$ 8.260 na venda das ações que detinha no capital do IRB Brasil Resseguros. Além desta receita, foram reconhecidas nesta rubrica, a receita de Contraprestação de Garantia de R\$ 465 e, a reversão de provisão judicial de R\$ 939, devido a sua probabilidade de perda ter sido reavaliada de provável para possível.

Variações monetárias e cambiais

As variações observadas entre os três exercícios derivam das oscilações da taxa de câmbio sobre os dividendos recebidos do exterior.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A fonte de receita da Companhia advém de dividendos pagos pela Ball, receita de aluguel de imóveis, receita de prestação de serviços, receita financeira e equivalência patrimonial nas sociedades controladas e/ou coligadas.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro líquido de 2018 foi impactado positivamente em cerca de R\$ 8.800 mil devido ao lucro na venda de ações do IRB. Como esta venda não é um evento recorrente, houve redução no lucro líquido do ano de 2019 (de R\$ 11.800 mil para R\$ 7.067 mil).

Participações Industriais do Nordeste

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Em 2019, a receita com dividendos pagos pela Ball aumentou 45,59% em comparação ao ano anterior (de R\$ 17.267 mil para R\$ 25.140 mil) devido (i) ao aumento do valor pago por ação a partir do 2º trimestre de 2019 (de US\$ 0,10 por ação para US\$ 0,15 por ação) e (ii) à variação positiva de 4% na cotação do câmbio (de R\$/US\$ 3,8748 para US\$ 4,0307).

Os efeitos de variações da cotação das ações da Ball e do câmbio R\$/US\$ a partir da conclusão da Permuta foram e continuarão a ser reconhecidos diretamente como resultados abrangentes na conta ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado da Companhia, conforme Pronunciamento Técnico 48 - Instrumentos Financeiros.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2019, não se observou nenhum impacto relevante no resultado operacional e financeiro do emissor, decorrente de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e/ou taxa de juros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional. A Companhia continua a manter como principal segmento operacional o mercado de embalagens metálicas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer aquisição ou alienação de participação acionária. A Companhia continua a manter como principal participação acionária o seu investimento nas ações da Ball.

Participações Industriais do Nordeste

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais além do evento descrito no item acima.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Companhia) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotou o “CPC 06/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil” e o “ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro”. Além das normas adotadas em 2019, foram emitidas alterações de normas e interpretações, que serão efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2020, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. Segue a relação destes pronunciamentos:

IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00(R2)

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo, critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. A Administração da Companhia está avaliando os efeitos da norma, porém acredita que não haverá impactos significativos. A vigência dessa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2020.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração avaliou as alterações em práticas contábeis e conclui que não haverá impactos significativos.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras consolidadas da Participações Industriais do Nordeste S.A. foram elaboradas pela Companhia de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo parecer dos auditores independentes, foi emitido sem ressalva e sem parágrafo de ênfase.

Participações Industriais do Nordeste

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquida dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado

Participações Industriais do Nordeste

do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos financeiros em: (i) custo amortizado, (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

d) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. A partir do CPC 48, o modelo de “perdas incorridas”, foi substituído por um modelo de “perdas estimadas”, onde não se faz mais necessário que um evento de perda ocorra antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. A Companhia pode mensurar o *impairment* utilizando o modelo de abordagem dupla, em que a provisão é mensurada para perdas de crédito esperadas para 12 meses ou para a vida inteira do ativo.

e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Participações Industriais do Nordeste

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou alterações significativas nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são

Participações Industriais do Nordeste

identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

i) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

Participações Industriais do Nordeste

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II. fontes de financiamento dos investimentos

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há nenhum investimento em andamento e também não existem investimentos previstos nesta data, tampouco há desinvestimentos em andamento ou previstos nesta data.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Participações Industriais do Nordeste

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outras informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

Participações Industriais do Nordeste

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Companhia destaca que distribuiu, dividendos de (i) R\$ 11.222.616,68, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e (ii) R\$ 3.777.198,60 relativos aos lucros apurados em exercícios anteriores, registrados a conta de reserva de lucros a realizar.

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2019 foi R\$ 6.945.008,92.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante global de dividendos a ser distribuído é R\$ 6.597.758,45, sendo R\$ 1.979.327,52 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 4.618.430,93 a título de dividendos adicionais, já deduzidas as destinações legais. O valor deste dividendo por ação é de R\$ 41,92034.

A Companhia não realizou qualquer pagamento antecipado de dividendos ou de juros sob capital próprio, tendo, contudo, foi realizado pagamentos com base em valores registrados na reserva de lucros a realizar, conforme detalhado no item 4 abaixo.

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído.

Em razão do disposto no item 2 acima, lucro líquido a ser distribuído será de 95%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

No exercício de 2019, a Companhia distribuiu dividendos de R\$ 3.777.198,60, referentes ao valor registrado na reserva de lucros a realizar, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (valor de R\$ 23,9992 por ação).

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Participações Industriais do Nordeste

Não houve deliberação de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio no exercício de 2019.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

De acordo com o parágrafo 2º do capítulo VI do Estatuto da Companhia, os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da sua deliberação, ou outro prazo deliberado pelo órgão que os tiver declarado, sempre dentro do exercício social. Os valores serão pagos em espécie.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

Não houve incidência de atualização e juros sobre os dividendos declarados.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data de declaração será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2020.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Quantidade de ações	2019	2018	2017	2016
Ações ordinárias	126.000	126.000	126.000	126.000
Ações preferenciais	31.388	31.388	31.388	31.388

Lucro por ação	2019	2018	2017	2016*
Ações ordinárias	44,126673	75,058331	64,576384	-
Ações preferenciais	44,126673	75,058331	64,576384	-

Participações Industriais do Nordeste

	2019	2018	2017	2016*
Lucro do exercício	6.945.008,92	11.813.280,72	10.163.547,99	-

*Em 2016, a Companhia apurou prejuízo.

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016
Ações ordinárias	17.134.212,81	4.820.619,18	11.348.746,05
Ações preferenciais	4.268.322,79	704.962,17	1.251.253,95
	21.402.535,60	5.525.581,35	12.600.000,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Administração propôs a destinação R\$ 347.250,45 à reserva legal.

b) Detalhar o montante destinado à reserva legal.

A Administração propôs que R\$ 347.250,45 sejam destinados à reserva legal. O valor equivale a 5% do lucro líquido do exercício, conforme Lei nº 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferências com direitos a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Item não aplicável, pois a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Dos lucros líquidos verificados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social. Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, calculado na forma do Artigo 14 do Estatuto da Companhia em vigor a partir de 28

Participações Industriais do Nordeste

de dezembro de 2018. Anteriormente o dividendo obrigatório correspondia a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. Havendo a retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a) Informar o montante da retenção.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise da liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixas positivos.

c) Justificar as retenções dos dividendos

Não aplicável, a Companhia distribuirá 95% do lucro apurado no exercício findo em 2019.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

b) Identificar a perda considerável provável e a sua causa

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável. Não houve destinação do resultado de 2019 para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a) Justificar a constituição da reserva.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Item não aplicável. Não houve destinação do resultado de 2019 para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

b) Identificar o montante destinado a reserva.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Item não aplicável. Não houve destinação do resultado do exercício 2019 para

Participações Industriais do Nordeste

reservas estatutárias. A Administração propõe que a totalidade do lucro líquido do exercício 2019, após a destinação para reserva legal e dividendos obrigatórios, seja destinado para o pagamento de dividendos adicionais.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

- a) Identificar o montante de retenção.**
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

- a) Informar o montante destinado à reserva.**
- b) Explicar a natureza da destinação.**

Item não aplicável.